

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.358 - MG (2019/0069099-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DE PASSA QUATRO - MG**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE LORENA - SP**
INTERES. : **EGYDIO POZZUTO - ESPÓLIO E OUTRO**
ADVOGADOS : **BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - SP226496**
 LUCAS SANTOS COSTA - SP326266
 FABRÍCIO ABDALLAH LIGABO DE CARVALHO - SP362150
INTERES. : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - MG056526**
 FERNANDO ANTONIO FRAGA FERREIRA - SP303017
 DANIELA MARQUES BATISTA SANTOS DE ALMEIDA E
 OUTRO(S) - SP342101

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo por iniciativa do Juízo de Direito de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, em face do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Lorena, Estado de São Paulo, relativamente à competência para processar e julgar cumprimento de sentença de ação civil pública para pagamento de expurgos inflacionários sobre depósito em cadernetas de poupança, proposto por espólio de Egydio Pozzuto e outro em desfavor do Banco do Brasil S.A., sucessor do Banco Nossa Caixa Nosso Banco S.A., que por sua vez sucedeu a Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A. - CEESP.

Os autores declararam que têm foro na comarca mineira, porém indicam o endereço de agência do réu na comarca paulista, onde originalmente foi distribuído o feito.

O Juízo de Direito paulista declinou de ofício da competência em favor do foro do endereço dos autores por entender que o beneficiário de sentença coletiva pode ajuizar a liquidação no foro do seu domicílio ou no local de julgamento da ação civil pública (fl. 172).

O Juízo de Direito mineiro suscitou o presente conflito destacando que a remessa do feito para o domicílio dos autores foi irregular, pois a competência em favor do consumidor é relativa, tratando-se de privilégio, não pode ser arguída de ofício pelo Julgador (fl. 242).

Com vista dos autos, o Ministério Público Federal opinou no sentido da competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Lorena, SP (fls. 248/253).

Assim delimitada a controvérsia, necessário consignar que esta Corte, em inúmeros precedentes, tem decidido que nas ações propostas pelo fornecedor de bens ou serviços contra o consumidor não prevalece o foro de eleição ou da prática do ato quando prejudicial à defesa, mas o do domicílio do réu.

A propósito, dispõe o art. 63, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015, que "Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu".

No caso dos autos, contudo, a ação ajuizada é de autoria dos consumidores, que preferiram distribuí-la no foro onde se localiza a sede, agência ou sucursal do réu (fl. 4).

Feita essa digressão, tem-se que a hipótese orbita discussão de enfrentamento rotineiro no âmbito da Segunda Seção, que por analogia permite concluir que pode o consumidor exercer a escolha pelo foro em que melhor tenha capacidade de exercer a defesa de seus interesses, não se desconsiderando os casos em que há nítido exercício da opção pelo advogado ou associação, questão da qual nos autos não há indício material, não é mencionada pelas autoridades judiciárias em conflito nem alegada pela parte ré. Nesse sentido:

CONTRATO BANCÁRIO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CLÁUSULAS. DISCUSSÃO. COMPETÊNCIA. FORO. ESCOLHA. ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1 - Segundo entendimento desta Corte, tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta, podendo ser declinada de ofício. Afastamento da súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça.

2 - O intento protetivo da lei, no sentido de possibilitar a escolha do foro, do domicílio do autor ou do réu, dirige-se ao consumidor, propriamente dito, aquela pessoa física ou jurídica destinatária final do bem ou serviço. Impossibilidade de o advogado ajuizar a ação em foro diverso, que não é nem o da autora (consumidora) e nem o do réu (Banco), usando, ao que tudo indica, conforme as instâncias de origem, endereço fictício.

3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Araranguá - SC, suscitante.

(CC 106.990/SC, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, unânime, DJe de 23.11.2009)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONTRATO BANCÁRIO. FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. FORO CONTRATUAL. AÇÃO PROPOSTA PELO CONSUMIDOR. RENÚNCIA AO FORO DO DOMICÍLIO. POSSIBILIDADE.

1. Segundo entendimento desta Corte, nas ações propostas contra o consumidor, a competência pode ser declinada de ofício para o seu domicílio, em face do disposto no art. 101, inciso I, do CDC e no parágrafo único, do art. 112, do CPC.

2. Se a autoria do feito pertence ao consumidor, contudo, permite-se a escolha do foro de eleição contratual, considerando que a norma protetiva, erigida em seu benefício, não o obriga quando puder deduzir sem prejuízo a defesa dos seus interesses fora do seu domicílio.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Porto Alegre - RS.

(CC 107.441/RS, minha relatoria, unânime, DJe de 1º.8.2011)

Assim, se a norma existe em função da proteção do consumidor, pode ele renunciar ao privilégio legal, pois em tal atitude presume-se incluída a avaliação de que não sofrerá prejuízo em sua defesa.

Em face do exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Lorena, SP.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora